

OS ESTUDOS IDEOLÓGICOS: EPISTEMOLOGIAS DA ANÁLISE DO DISCURSOⁱ

Frédéric Hailonⁱⁱ

Resumo: Este artigo se inscreve no quadro dos estudos ideológicos que levam em conta a construção das identidades individuais e coletivas. Ele trata das diferentes definições e estudos da ideologia em suas dimensões históricas, políticas e analíticas. A partir dos escritos de R. Fossaert (1983), ele visa e critica a perspectiva marxista inclinada a conceber a ideologia como “falsa consciência”. As correntes contemporâneas de análise do discurso, anglo-saxãs e francófonas, principalmente a Análise Crítica do Discurso (ACD) e a Análise do discurso “Escola Francesa” (AD/ADF) se ocupam de diferentes observáveis sociocognitivos. Cada uma das correntes observa, à sua maneira e segundo seu domínio de intervenção, aquilo que elas se deram em termos de teorias e de objetos de análise ideológicos.

Palavras-chave: Análise do discurso. Cognição política. Ideologia e ideologização. Des/ressubjetivação. Interação sociopolítica.

Abstract: This article is in keeping with the framework of the ideological studies taking into account the construction of individual and collective identities. It handles various definitions and studies of ideology in its historic, political and analytical dimensions. From the papers of R. Fossaert (1983), it aims and criticizes the Marxist perspective carried to conceive the ideology as the "false consciousness". The commons contemporaries of discourse analysis, the Anglo-Saxons and the French, in particular the Critical discourse analysis (CDA) and the Discourse analysis "French School" (AD/ ADF) studie differentes observables sociocognitives. Each of the currents observes in its own way and according to its field of intervention what it gave itself of theories and ideological objects of analysis.

Keywords: Discourse analysis. Politic cognition. Ideology and ideologization. De/resubjectivisation. Sociopolitical interaction.

ⁱ Referência da publicação original:

HAILON, Frédéric. Les études idéologiques: épistémologies d'Analyse du discours. **Revue Wydawnictwa Uniwersytetu Warszawskiego**, E. Pachocińska éd., Varsovie, 2014.

ⁱⁱ Doutor em Ciências da Linguagem pela Université de Poitiers. Docente da Université de Poitiers, França. E-mail: fredaile@wanadoo.fr.

Introdução

Marx e mais seguramente Hegel (Fossaert 1983, p. 26-27) viam na ideologia uma ordem invertida das coisas, um *real deformado*. Dessa “desordem do real”, isso que a ideologia faria à consciência, se seguiria a alienação, isto é, a reificação dos indivíduos, tornados objetos sociais da realização de um materialismo histórico. A ideia de alienação existiu na continuidade dos períodos de desumanização que foram a servidão e o escravismo. Sucedeu-lhes o capitalismo, construído sobre o modo das desigualdades da exploração inter-humana, o homem mercadoria foi remetido ao estado de natureza, as relações humanas se simbolizaram e foram valorizadas (no sentido de colocar um valor) pelo dinheiro. Sob a forma de uma superestrutura (Althusser 1976), mecanismos de determinações, uma supravontade, se impunham à vontade dos indivíduos. Na superestrutura misturam-se o político e o ideológico, de maneira que não se sabe nem se pode mais diferenciá-los. Esta dá formas de consciência sociais determinadas e organiza a vida material, espiritual, política dos indivíduos: “a potência material dominante da sociedade é também a potência dominante espiritual” (Marx/Engels 1982 [1845-1846], p. 111). Essas práticas, na medida em que elas fazem a sociedade, se efetuariam a partir da ideologia, fora da representação: a ideologia permanece profundamente não consciente e inacessível aos sujeitos. Também não haveria exterior à ideologia, as variações e transformações far-se-iam *na* ideologia, por uma distância crítica no exercício de sua racionalidade. Precisamente, nesse caso, de que natureza é esse distanciamento? Quais são os instrumentos que permitem considerar o *interior* ideológico? Qual conhecimento nós temos e nós nos damos da ideologia?

Para tentar dar respostas a essas questões, nós estabeleceremos, num primeiro momento, um histórico e uma taxionomia da ideologia em suas realizações sociopolíticas. Nós o faremos a partir de definições comentadas e de seus alcances analíticos. Depois, nós examinaremos diferentes correntes contemporâneas de análise que tratam da ideologia e de sua realização cognitiva e discursiva. Nós distinguiremos os seus pressupostos teóricos e os seus observáveis.

1 Histórico e taxionomia da ideologia

Buscaremos nesta seção distinguir as diferentes definições dos objetos ideológicos e confrontá-los em suas definições. Nós o faremos segundo orientações de ordem semântica, política e sociocognitiva.

1.1 As diferentes definições da ideologia política

Fossaert (1983) distinguiu quatro definições da ideologia em suas visadas e alcances políticos que discutiremos (1983, p. 35-37, 46-56).

A definição zero (def. 0) designa *a ideologia em geral*, no sentido geral, enquanto função comum a todas as sociedades e cujo objeto, para retomar Althusser, é a representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (1976, p. 67), numa *relação* em que todo o mundo cede ao contexto social¹. A ideologia pode, assim, aparecer como uma função consubstancial a toda sociedade. Ela implica necessariamente o conjunto de seus agentes que se encontram assinalados por ela. Ela constitui os indivíduos em sociedade por um imaginário que os destitui e os constitui subjetivamente. A ideologia, na medida em que ela faz a ordem social, se efetua fora da representação. A esse nível de definição, a noção de representação sublinha a inacessibilidade. A ideologia permanece profundamente não consciente e inacessível aos indivíduos que a desconhecem e, no entanto, a praticam. O modo de estruturação dos indivíduos em sociedade, “o conjunto das ideias ativas”, e o modo de ativação da sociedade em cada um, “as ideias racionalizantes dissimuladoras”, estão fora de percepção e de conhecimento. A ID.0 é nisto equivalente ao inconsciente². Ela remete a uma dimensão inerente ao espírito humano, convocando os atributos da hominização e da socialização. Nisto, humanidade e ideologia estão intrinsecamente ligadas. A ID.0 está na fonte da

¹ Os acréscimos e críticas de Althusser face às teorias de Marx são que os indivíduos não se representam suas condições reais de existência, mas a relação que eles têm com essas condições, e que se encontra aí a causa de sua ilusão. Para uma síntese da hipótese inovadora de Althusser sobre o tema, ver Guilbert, 2007, p. 79.

² L. Althusser desviou-se da definição marxista de “falsa consciência”, orientada para a economia e o confisco dos meios de produção e dos frutos dessa produção pelas classes dirigentes capitalistas, para assumir as contribuições da psicanálise freudiana e lacaniana: “A ideologia tem muito pouco a ver com “a consciência”, supondo que esse termo tenha um sentido unívoco. Ela é profundamente inconsciente... A ideologia é sim um sistema de representações: mas essas representações não têm, na maior parte do tempo, nada a ver com “a consciência”... elas são objetos culturais percebidos-aceitos-experimentados e agem funcionalmente sobre os homens em um processo que lhes escapa” (ALTHUSSER, 1965, p.239-240).

epistemologia da corrente de análise do discurso de tendência francesa (ADF) e de teorias e modelos analíticos que nela se inspiram. Voltaremos a isso.

A definição um (def. 1) corresponde ao conjunto da matéria ideológica própria a uma sociedade dada, em um momento dado de seu desenvolvimento, o que Gramsci (1975) chama “o mundo cultural existente” em suas funções de senso comum³. Este remete à cultura comum dos indivíduos que a sociedade faz viver juntos e que Fossaert considera como “discurso social total” (1983, p. 48). Os indivíduos estão disponíveis diante da ideologia pelo conjunto das práticas sociais normatizadas, dentre as quais as relações de dominação e de imposição. Relações de hegemonia⁴ se estabelecem nos laços e nas relações sociais, na e pela ideologia: os indivíduos são assujeitados à cultura da qual a sociedade é portadora e que eles mantêm por suas ações de convívio. Nesse estágio, o ideológico e o político são praticamente indissociáveis e constituem uma e mesma superestrutura⁵. Toda relação e toda troca têm por função moldar esse espaço comum de troca. A ID.1 considera o regime de historicidade e trata do efeito global das relações sociais para desvelar a história do discurso social. O *mundo cultural existente* tem uma variável histórica. No caso da def. 0, o aspecto imaginário da ideologia está fora do espaço e do tempo reais, em um espaço não definido, impensado. Fora da história, o real a ser significado é inapreensível. A ID.0 procede do a-histórico. A ID.1 está na fonte de modelos de senso (social) comum: *le socius* segundo Angenot (1989), *la doxa* para R. Barthes (1957) ou ainda a *competência tópica* para G.-E. Sarfati (1996).

A definição dois (def. 2) é aquilo que L. Althusser chama de *ideologias regionais* e que podem corresponder às formações ideológicas. As ideologias (ID.2) podem ser definidas segundo o uso corrente das palavras e das formas especializadas que são a religião, o direito, as artes, as ciências, o comércio... Os recortes são um efeito da ideologia em vigor na sociedade considerada

³ Segundo A. Gramsci, a linguagem é o lugar de inscrição e de reprodução do senso comum, isto é, um conjunto de concepções ligadas à teologia, à filosofia e às ciências que se fixaram nos idiomas pelo viés das práticas, e em suma, do uso linguístico que as retomou e naturalizou. O senso comum constitui a dimensão linguística, e por extensão discursiva, da ideologia. Uma distinção deve ser estabelecida entre o senso comum e a ideologia, na medida em que o senso comum articula discursivamente a ideologia. No entanto, a ideologia permanece em A. Gramsci aquilo que ela é em Marx: a expressão da classe dominante.

⁴ A *hegemonia* na “filosofia da práxis” de A. Gramsci é, antes de tudo, uma questão institucional que depende da dominação de um estado de cultura sobre outro.

⁵ A superestrutura remete, de maneira sintética, à cultura e às instituições em geral. Da dinâmica delas deriva a reprodução ideológica da sociedade.

(def. 1), as partes podendo se encontrar cruzadas e recobertas. As ID.2 têm uma história delas, com alcances internos, em um imaginário que é o delas (por exemplo: a igreja católica com o céu, a trindade, o inferno, os santos; os partidos políticos de extrema direita e a mixofobia⁶, a xenofobia como forma de alterofobia⁷: o imigrante, o estrangeiro, o inimigo do interior ...). Elas são afetadas pela história da sociedade ambiente que ela tenta apreender segundo sua lógica própria, pelos meios e limites de sua problemática específica. As ID.2 têm a particularidade de criarem seu próprio objeto de existência e de autossuficiência, e assim, de partilharem interesses comuns de grupo, mas também de permitirem a cada grupo (ideológico) seus interesses próprios. Elas têm também a capacidade de produzir representações que, enquanto tais, podem tornar-se objetos sociais das realidades ideológicas. Seu efeito simbólico é que atesta sua difusão social (FOSSAERT, 1983, p. 501). Nisso, elas podem jogar com e usar simbolicamente a disponibilidade cognitiva dos indivíduos.

Na última definição (def. 3), *a ideologia é considerada em um sentido polêmico, unilateral*. Ela é a fonte de argumentações e de comentários contrários a ela: a acusação de ideologia. Enquanto ponto de vista, ID. 3 permanece cega àqueles que não a reconhecem e a consideram sob um olhar exterior, enviesado e inapropriado: como exemplo, tomemos o discurso de campanha de N. Sarkozy de 11 de fevereiro de 2007: “Eu quis também que a política cessasse de buscar na ideologia as respostas todas feitas às questões que lhe põem os franceses” ou ainda o de 1º de fevereiro de 2012: “Não é uma questão, aí também, de ideologia, é uma questão de bom senso” criticando o programa socialista de criar 60.000 postos de servidores públicos. De maneira equívoca, este havia declarado em *Le Figaro* do dia 17 de abril de 2007: “Eu não conduzo um combate político, mas um combate ideológico. No fundo, eu fiz minha a análise de Gramsci: o poder se ganha pelas ideias. É a primeira vez que um homem de direita assume essa batalha. Desde 2002, eu empreendi um combate pelo controle do debate de ideias.” A contradição ideológica ou heterologia remete à dimensão imaginária, fundamentalmente inacessível e heterogênea, dos indivíduos em sociedade, os políticos (N. Sarkozy em nosso caso) desenhando fronteiras entre o que é ou não é ideológico, fazendo a lei e o sentido mundanos. Dessa contradição, desenha-se uma oposição entre

⁶ N. do T.: Aversão à mistura de raças, à mestiçagem.

⁷ N. do T.: Aversão ou desconfiança profunda em relação ao outro.

discursos políticos (de campanha) e discursos midiáticos em tensão, e uma ordem das coisas ambivalente, própria a ser a norma ideológica e política.

1.2 As ideologias em sua dimensão teórica e analítica

Comentaremos aqui as def. 0 e def. 1, levando em conta suas implicações teóricas e analíticas.

A definição zero (def. 0) é efetiva no campo da *Análise de discurso* à francesa (ADF) e para aquilo que ela desenvolveu como teoria do desconhecimento, isto é, do não controle do sentido por parte do sujeito falante. A “Análise do discurso” (AD) é a tradução do título *Discourse analysis* do artigo de Z. S. Harris, publicado em 1952 na revista *Language*, nº 28, e traduzido em 1969 para o francês na revista *Langages*, nº 13, intitulada “Analyse du discours”. A AD, segundo Z. S. Harris, repousa sobre dois postulados: uma linguística transfrástica e a consideração da cultura:

A linguagem [...] é uma das fontes principais de conhecimento sobre a cultura (ou sobre o mundo da significação) de um povo e sobre as distinções ou divisões que aí são praticadas. (Harris 1951 apud Benveniste 1966, p. 12).

A análise de discurso “Escola francesa” foi uma corrente dominante na França nos anos 1960-1970. Essa corrente não ficou restrita ao espaço francês, ela se difundiu no exterior, sobretudo nos países francófonos e nos de língua romana. Ela está hoje ao lado das correntes anglo-saxãs da *Análise Crítica do Discurso* (ACD) com quem ela partilha teorias e objetos comuns. Nós voltaremos a isso mais adiante. O meio de pesquisas da ADF foi, na origem, um estudo do discurso político conduzido por linguistas e historiadores com uma metodologia que associava a linguística estrutural e uma teoria da ideologia inspirada, ao mesmo tempo, na psicanálise de J. Lacan e na releitura da obra de K. Marx pelo filósofo L. Althusser: “Tratava-se de pensar a relação entre o ideológico e o linguístico, evitando, ao mesmo tempo, reduzir o discurso à análise da língua e dissolver o discursivo no ideológico” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 201). A orientação pragmática no quadro da AD é também confirmada em 1969, no próprio número de *Langages*, n. 13, quando J. Dubois escreve em um artigo intitulado “Enunciado e enunciação”:

Em um dos polos coloca-se a estrutura significante de um enunciado concluído e fechado, e onde, por aí mesmo, cada elemento responde ao conjunto; no outro

polo, o sujeito, cujo ato único e decisivo, que cria o enunciado, é mediado por uma sucessão de estruturações e integrações, cada uma dentre elas encontrando em algum lugar um reflexo em um texto assim marcado e determinado. A enunciação é apresentada seja como o aparecimento do sujeito no enunciado, seja como a relação que o locutor entretém pelo texto com o interlocutor, ou como a atitude do sujeito falante em relação a seu enunciado. (1969, p. 100).

Essa definição se junta às concepções de E. Benveniste (1966, 1974): o sujeito falante faz a experiência da língua e do sentido “em uma presença no mundo que apenas o ato de enunciação torna possível” (1974, p. 82). A linguagem é bem o instrumento da interação da vida mental e da vida cultural (BENVENISTE, 1966, p. 16).

A ADF e um de seus representantes, M. Pêcheux, pensaram o conceito de ideologia na linhagem da linguística estrutural. Eles a definem, na dinâmica dos desenvolvimentos lacanianos, como ativa ou equivalente ao inconsciente:

Ideologia e inconsciente têm em comum a capacidade de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas. Uma tal analogia permite aproximar a evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) e o mecanismo de interpelação-identificação que paradoxalmente produz o assujeitamento mascarando-o (MALDIDIER, citando PÊCHEUX, 1990, p. 42).

O modelo de semântica discursiva de M. Pêcheux é construído sobre uma teoria não-subjetiva da enunciação na qual o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido. O sentido escapa ao sujeito que, sujeito ideológico, está na incessante retomada do já-dito das formações discursivas. Toda formação discursiva dissimula na transparência do sentido o fato de que “isso fala”, sempre, “antes, em outro lugar, independentemente” (PÊCHEUX, 1975, p. 146-147). O sujeito, despossuído, vive na “ilusão necessária de uma intersubjetividade falante pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer” (MALDIDIER, 1990, p. 237). Na articulação dessa “ilusão necessária”, encontra-se a teoria dos dois esquecimentos. Pelo primeiro esquecimento, o sujeito “esquece”, dito de outro modo, reprime, que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior: a zona do “esquecimento nº 1” é por definição inacessível ao sujeito. O segundo esquecimento, por sua vez, “designa a zona em que o sujeito se move, onde ele constitui seu enunciado, colocando fronteiras entre o dito e o rejeitado, o não-dito” (MALDIDIER, 1990, p. 34). Encontra-se nessa teoria, como em Authier-Revuz (1982), esse movimento entre uma heterogeneidade

constitutiva (HC), inconsciente e inacessível mas que vem verdadeiramente formar o sentido dos discursos, e uma heterogeneidade mostrada (HM) na qual o sujeito, por essa ilusão de estar na origem do sentido, delimita seu dizer e na qual é possível analisar os mecanismos enunciativos na materialidade discursiva, o sentido em discurso.

A definição um (def. 1) é investida por considerações sobre o senso social comum próprio ao mundo cultural existente, considerações essas definidas nos limites e condições de organização sociopolítica. Trata-se de hegemonia no sentido em que esta remete a um espaço interacional entre indivíduos e tópica cultural, ela permite aos indivíduos se realizar e se identificar culturalmente. Nisso, G.-E. Sarfati (1996) define uma pragmática das normas para o que seria uma conformidade dos discursos e das opiniões a uma norma ideológica que nós compreendemos como socioculturalmente e politicamente situada, e valendo como regime de falas. Trata-se de um mundo estruturado no plano das representações e no plano da organização societal. Essa normalização no limiar da autorregulação social, da autossubjetivação, seria estabelecida pelo senso comum linguístico como “razão comunicativa comum” (1996, p. 30). O senso comum designa aqui um conjunto de normas investidas pelos sujeitos nas práticas sócio-discursivas. Ele remete aos saberes partilhados de uma mesma comunidade de discurso e àquilo que é mais amplamente a intercompreensão em seus processos de expectativas, de participação e de coordenações, e sua potencialidade semântica. (cf. LONGHI, 2007, p.100-115 para um desenvolvimento do modelo da pragmática tópica).

Na continuidade das reflexões de L. Althusser (1970 [1976]) que buscava responder à questão de saber “como é assegurada a reprodução das relações de produção” (1970 [1976], p. 16), E. Veron se interrogou sobre o ideológico e o fato de que este não era uma propriedade imanente aos discursos, mas uma relação entre o discursivo e o extradiscursivo:

[...] a pertinência de uma análise ideológica de qualquer conjunto discursivo não pode ser definida fora da relação entre os produtos (os discursos) e suas condições de produção. É essa relação que permite situar o processo do discursivo que concerne uma teoria da ideologia. (VERON, 1973, p. 57).

O discurso significa em relação, na relação com sua aparelhagem de realização. Esse ponto de vista se junta ao de M. Pêcheux sobre o interdiscurso, isto é, a ação transversal de todo discurso com outros discursos. Segundo E. Veron, enquanto potencialidade e fenômeno sociais, o ideológico

concerne sistemas de operação de investimento do sentido nas matérias significantes. Ele é um sistema finito de regras semânticas para produzir um conjunto infinito de mensagens. Esse processo discursivo da significação lembra a oposição de E. Benveniste entre semiótica e semântica. A discursividade remete a um processo de espacialização-temporalização da matéria linguística.

Mecânica de base do funcionamento social, a ordem ideológica e a ordem do poder atravessam de parte a parte uma sociedade (VERON, 1978, p. 7). Essas ordens devem ser analisadas nas dimensões das condições de produção e de reconhecimento entre produção e recepção das mensagens. A circulação e seus efeitos de sentido se encontram na articulação dos dois parâmetros da comunicação discursiva. Assim, o sentido produzido só se torna visível pela relação com o sistema que o engendrou, em relação a esse “exterior” discursivo não linear. E todo produto carrega os traços do sistema de produção que o engendrou. Nós reconhecemos aqui a visada marxista por aquilo que L. Althusser traduziu como relação entre infraestrutura e superestrutura, entre sistema produzido e sistema de produção. Esses traços existem, mesmo se eles são invisíveis. Uma certa análise somente pode torná-los visíveis: “Aquela que consiste em postular que a natureza de um produto só é inteligível em relação às regras sociais de seu engendramento” (VERON, 1978, p. 17). O ideológico, na medida em que ele remete à lógica social das práticas, notadamente das práticas discursivas, é uma gramática de produção e de engendramento de sentidos sociopoliticamente gerados. Uma análise ideológica dos discursos não pode não levar em conta a genericidade semântica sociopolítica e ideo-organizacional.

2 As correntes anglo-saxãs e francófonas da análise do discurso

2.1 Os observáveis da Análise do discurso “Escola francesa” (AD/ADF) e da Análise Crítica do discurso (ACD)

As correntes da análise do discurso “Escola francesa” (AD/ADF) e da escola anglo-saxã (ACD) têm um interesse comum pela ideologia, objetos de estudo compartilhados, mas podem ter, no entanto, diferenças de abordagem. É o caso notadamente de definições e objetos na sua forma de se ocupar da ideologia.

A ACD se desenvolveu no fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990. Uma das primeiras obras que busca lançar suas bases teóricas foi *Language and Power* (1989) de N. Fairclough, a alcunha foi estabelecida com *Critical discourse analysis: The critical study of language* (1995). Podem-se associar a isso de maneira concomitante os trabalhos de T. Van Dijk (1983, 1987, 1991). A ACD nasceu em reação à pragmática dos anos 1970-1980, notadamente em relação à teoria dos atos de linguagem de J.-L. Austin e à sociolinguística de W. Labov. Esse foi o caso também na França onde as teorias de M. Pêcheux, mas também as de J. Authier-Revuz, vieram criticar a pragmática de O. Ducrot. (Ver, por exemplo, AUTHIER-REVUZ, 1995, p. 60). A ACD se colocou como teoria crítica das correntes suscitadas visando com isso a consolidar a primazia do laço entre discurso e contexto social de produção. Em referência ao marxismo, aos trabalhos de M. Foucault (1969, 1971) e às teorias críticas da “Escola de Frankfurt” (Horkheimer, Adorno, Habermas, Honneth), ela orienta seu trabalho para as patologias sociais: injustiças, discriminações, alienações, que se exprimem e circulam através da linguagem. A esse título, as pesquisas, na tradição da *Critical discourse analysis* (CDA), se concentraram, sobretudo no papel crucial que desempenha a elite política na produção, difusão e legitimação das formas, declaradas ou não, de xenofobia e de discurso racista através do tempo. A discriminação se manifesta no plano discursivo, nesse sentido as opiniões e crenças discriminadoras são produzidas e reproduzidas no discurso. Através do discurso, as práticas de exclusão se encontram preparadas, promulgadas, legitimadas. Assim, como diz R. Wodak (2001), A ACD se preocupa fundamentalmente “com a análise das relações estruturais, sejam elas opacas ou transparentes, de dominância, de discriminação, de poder e de controle, que se manifestam na linguagem” (2001, p. 2). Os analistas do discurso críticos pressupõem que o discurso é uma prática social que, como todas as práticas sociais, está dialeticamente ligada aos contextos de sua utilização. Trata-se de explicar, por assim dizer, como as estruturas sociais podem afetar as estruturas do discurso. O discurso é a condição de reprodução das situações sociais, que se encontra a representar uma ordem social em retorno.

Um autor tal como T. Van Dijk se interessa por modelos sociocognitivos de apreensão do discurso social, orientando suas pesquisas para os *Estudos críticos do discurso* (*Critical discourse studies* – CDS), na medida em que ele busca estabelecer um método próprio aos estudos discursivos e não mais

somente ficar em considerações gerais de ordem disciplinar e mais especificamente interdisciplinar, transversal às ciências sociais (2008, p.2). (Cf. RICHARD, 2009, p.140-141 notadamente para os detalhes dessa reorientação). Precisamente, T. Van Dijk considera o impacto social, o contexto sociocultural como crucial na produção dos discursos. Segundo ele, as estruturas sociais não agem diretamente sobre o discurso, mas pelo intermédio de uma interface cognitiva que permite definir e construir a situação social do ponto de vista dos participantes:

Nós precisamos de um nível intermediário, de uma interface que faça o laço entre, de um lado, a estrutura social e local, e de outro lado, as estruturas discursivas e os processos cognitivos de produção e de compreensão. (VAN DIJK, 2009, p. 129)

Trata-se assim de definir o contexto como uma representação social, construído pela e na discursivização. De certa maneira, isso remete a pensar a construção do contexto e da situação discursiva pela discursivização. O discurso em sua realização molda em retorno, no discurso, a situação (discursiva) representada, integrada. Há reflexividade e embreamento do discurso em sua própria realização. O discurso é o representado do contexto do qual ele emerge, esse representado oferece uma imagem da situação sociocultural que permitiu produzi-lo.

Uma outra corrente da ACD propõe uma abordagem histórica dos discursos, *Discourse-Historical Approach (DHA)* (WODAK, 2001), o que se pode colocar em paralelo com os trabalhos de J. Guilhaumou na França. R. Wodak é uma das principais especialistas dessa corrente. Essa abordagem consiste em estudar um fenômeno discursivo nos diferentes contextos históricos em que ele apareceu. Ela permite por à luz os diferentes parâmetros oriundos do contexto social que permitem a reemergência de fenômenos linguageiros como representações, estereótipos e ideologias particulares. O discurso é dialeticamente ligado aos contextos de sua utilização. A abordagem histórica do discurso distingue quatro níveis de contexto como heurísticos para situar as práticas discursivas (RICHARDSON; COLOMBO, 2012, p. 118):

1. O contexto imediato e a linguagem interna ao texto, que consideram questões tais como a coerência textual;
2. As relações intertextuais e as relações interdiscursivas entre os enunciados, os textos, os gêneros e os discursos;

3. As variáveis sociais e sociológicas, assim como os quadros institucionais de “contextos situacionais” precisos;
4. Os contextos sociopolíticos e históricos mais amplos nos quais as práticas discursivas estão inseridas.

Esses quatro estratos permitem aos pesquisadores melhor desconstruir os significados dos discursos e ver de quais maneiras eles estão ligados às situações de produção.

2.2 Da ideologia à ideology, à doxa

Segundo Petitclerc (2007) que nós comentamos, é possível através das diferentes correntes analíticas apresentadas, francófonas e anglófonas, diferenciar três eixos de apreensão da ideologia: a *doxa*, a *ideologia* e a *ideology*, cada uma dessas entidades remetendo a uma acepção diferente, e no entanto, complementar. Três níveis de análise se abrem na consideração dos objetos ideológicos. Nós não comentaremos a *ideologia*. Nós o fizemos longamente acima ao esclarecer suas epistemologias e sua pluralidade.

A *doxa* em Platão são as representações partilhadas por um grande número. Em Aristóteles, ela é a opinião comum recebida em uma comunidade (a *endoxa*). A *doxa* é o elemento que reúne e que está na base de toda verossimilhança. R. Barthes a considerava sob sua forma linguageira como expressões (linguísticas) fixas oriundas da opinião corrente, do sentido repetido, petrificado, evidente, *como se não fosse nada de mais* (BARTHES, 1975, p. 126). Essas expressões têm a particularidade de perder seu sentido original para adquirir um novo e segundo sentido social (a conotação) que dá testemunho dos mitos e, através desses, da ideologia. A ideologia origina-se da mitologia na medida em que ela é *aquilo que fala* (BARTHES, 1957). R. Barthes dá à *doxa* capacidades de opressão, um poder de opinião contra o qual e para o qual é preciso se exercer: a contraideologia, a ciência semiológica, a metalinguagem. P. Bourdieu via na *doxa* o *ça va de soi* de uma época, a evidência da organização social, aquilo que é posto em silêncio:

[...] o conjunto de tudo que é admitido como evidente, e em particular os sistemas de classificação que determinam o que é julgado como interessante e sem interesse, aquilo que ninguém pensa que merece ser contado, porque não há necessidade. (BOURDIEU, 1980, p. 83)

A doxa encerra o impensável, o não-dito, que ela oculta: “o impensável... o inominável, o tabu – os problemas dos quais não podemos nos ocupar – mas o impensável *de facto*, aquilo que a aparelhagem de pensamento não permite pensar” (*ibid.*). Esse último aspecto junta-se ao que nós mencionamos sobre a ideologia (ID.o) como fora de representação, para aquilo que encontrará sua realização teórica e analítica por exemplo em J. Authier-Revuz sob o termo de *heterogeneidade constitutiva* (1982, 1984). Em P. Bourdieu (2003 [1997]), a doxa deve ser aproximada ao mundo do senso comum, “o único lugar verdadeiramente comum” (2003 [1997], p. 141) que permite aos indivíduos de falar e viver entre eles, de se socializar:

[...] o senso comum é um fundo de evidências partilhadas por todos que assegura, nos limites de um universo social, um consenso primordial sobre o sentido do mundo, um conjunto de lugares comuns, tacitamente aceitos, que tornam possível o confronto, o diálogo, a concorrência. (*ibid.*)

A doxa é necessária para poder pensar aquilo que pensamos e dizer aquilo que temos a dizer. Ela regula as interações sociais, ao mesmo tempo, no interior do grupo, mas igualmente com os outros grupos sociais. Na condição de implícito do capital cultural, ela permite a socialização e a individuação, a troca de ponto de vista e a autorrealização organizacional social. A doxa denota aquilo que é da ordem do implícito público, mas também aquilo que tem sua parte de “aspecto familiar” (WITTGENSTEIN, 1953). Cabe à doxa assegurar a coesão social, ser um estruturante social da inter-relação e da intercompreensão.

O conceito de *ideology* - a terminação anglo-saxã refere-se à ACD e a distingue da ADF - está na articulação das problemáticas da *doxa* como representações (necessariamente) partilháveis e partilhadas e da *ideologia* em sua dimensão imaginária (o programa da ADF). Ela está no prolongamento das problemáticas da ideologia em sua consideração dos estruturantes psicossociais e socioculturais, e de uma distância crítica em seus modos funcionais. N. Fairclough no sentido que ele dá à *ideology* se inspirou na ADF (Althusser, Pêcheux), mais também em P. Bourdieu, assim como nos escritos políticos de A. Gramsci, e nas teorias pós-estruturalistas de M. Foucault. Sua concepção é aquela dos poderes culturais, das relações de dominância, dos dispositivos que produzem e reproduzem os sujeitos em sujeitos ideológicos. Próximo da definição de Marx e Engels, na continuidade de L. Althusser, ele considera que a ideologia, enquanto sistema de representação e

interpretação, fixa e prefigura a realidade. Ele concebe, no plano linguageiro, que:

[...] a operação da ideologia pode ser vista em termos da maneira de construir textos que impõem de modo cumulativo e constantes suposições aos intérpretes desses textos, assim como a seus produtores, tipicamente sem que ninguém se dê conta disso. (FAIRCLOUGH, 2001 [1989], p. 69).

Suas pesquisas sobre a evidencialização – o ponto cego, dóxico no sentido de P. Bourdieu, a reprodução ideológica, a ideologização – o levam a considerar que os discursos são a contraparte da determinação e que nessa condição, eles carregam em si, consigo, os traços e implícitos de sua constituição:

[...] a ordem das interações depende dos “conhecimentos de plano de fundo”, do que vai por si, e de como os conhecimentos de plano de fundo subsumem as representações ideológicas “naturalizadas”, isto é, as representações ideológicas que se apresentam como um senso comum não ideológico. (FAIRCLOUGH, 1995, p. 28)

Assim, o discurso dissimula sua própria natureza ideológica, na medida em que ele é apenas uma forma representada de uma representação que o condiciona. Há uma relação a estabelecer na apreensão do sentido entre discurso ideológico constituído e discurso ideológico constituinte, entre sentido operado e sentido operante. A evidência é aquilo que se mostra do discurso ideologizado, de conhecimentos de senso comum, *como se não fosse nada de mais* para retomar R. Barthes, na medida em que elas/isso *escorre(m) da fonte*. O discurso é um efeito das estruturações que o produzem e o constroem enquanto discurso. Ele é fonte de um impensado (de discurso), do lugar do discurso, poderíamos acrescentar.

Por outro lado, T. Van Dijk está próximo de P. Bourdieu, mas para considerar, além do aspecto de construto sociocognitivo da evidência, que as ideologias são representações mentais do sentido social. Elas têm uma função de coesão e de coordenação das ações dos indivíduos em sociedade: as ideologias permitem assegurar que os membros de um grupo vão de maneira geral agir de modo similar em situações similares (VAN DIJK, 1997). Nessa condição, a *ideology* assegura os processos de identificação a valores de grupo (objetivos, valores, normas, posições), e assim permite a troca e o diálogo, até a polêmica, a ruptura. Enquanto representações partilhadas, as ideologias gerenciam os saberes de grupo. Elas controlam o sistema de avaliação do

grupo. Elas estão na base de juízos e permitem avaliar o que faz parte, ou não, do grupo, o que está bem ou mal, o que é verdadeiro ou falso. Nesse sentido, elas permitem o estabelecimento de uma dicotomia entre “eles/nós”, entre *out-group* e *in-group* (VAN DIJK, 2006: p.77, *Le Discours politique identitaire*, 2012). De tipo argumentativo, as ideologias permitem fazer existir a realidade (argumentada) de seu ponto de vista. Pode se tratar nesse caso de defender uma visão etno e/ou sociocentrada, sua visão mundana de grupo, sua doxa contra uma outra, desqualificada, paradoxal.

Essas definições do ideológico realçam as relações dos qualificativos relacionais (indivíduo, grupo, sociedade, cultura) assim como os aspectos de determinações (relações de poder, de autoridade, de imposição) e de inter-relações (relações de troca, de diálogo, de reconhecimento). As relações de dominações e de trocas, na medida em que elas participam da coordenação e da coesão interpessoal, desejada ou experimentada, podem mudar de natureza em função das situações, de modo que o que é uma relação “forçada” em um espaço e um lugar, em um momento dado, pode ser diferente no mesmo espaço e no mesmo lugar em outro momento. Essas variações dependem dos jogos e das apostas da situação, mas também dos indivíduos e dos grupos em interação social, e mais amplamente em sua relação eco-lógica sociomundana.

No plano das orientações teóricas, se a ACD tem uma orientação sociológica marcada, os CDS⁸ uma orientação sociocognitiva e a DHA⁹ um apego sociocultural e histórico, a ADF à diferença dessas tem uma ancoragem linguística declarada (MAINGUENEAU, 1995; PETITCLEC, 2007, p. 165). O conjunto desses diferentes modelos é compatível em sua realização dos observáveis sociodiscursivos e ideo-políticos, na medida em que eles consideram a materialidade verbal e as referências socioculturais, na ligação e representação um do outro. Essa complementaridade é indispensável para a compreensão da pluralidade e da complexidade dos fatos sociopolíticos polimorfos. Ela só pode permitir uma leitura aprofundada de fatos sociais, languageiros, políticos.

⁸ N. do T.: Estudos Críticos do Discurso.

⁹ N. do T.: Abordagem Histórica do Discurso.

Referências

ALTHUSSER, L. **Pour Marx**. Paris: Maspero, 1965.

_____. **Idéologies et appareils idéologiques d'Etat. Positions**, Paris: Editions sociales, p. 67-125, 1976 [1970].

ANGENOT, M. **1889**. Un état du discours social. Montréal: Le Préambule, 1989.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, n. 26, p. 91-151, 1982.

_____. **Ces mots qui ne vont pas de soi**. Paris: Larousse, 1995.

BARTHES, R. **Mythologies**. Paris: Seuil, 1957.

_____. **Par Roland Barthes**. Paris: Seuil, 1975.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale** (1 et 2), Paris: Gallimard, 1966; 1974.

BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Editions de Minuit, 1980.

_____. **Méditations pascaliennes**. Paris: Seuil, 2003 [1997].

DUBOIS, J.; SUMPF, J. (éds). L'analyse du discours. **Langages**, Paris, n. 13, 1969.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**. The critical study of language. London: Longman, 1995.

_____. **Language and Power**. London: Longman, 2001 [1989].

FOUCAULT, M. **Les mots et les choses**. Paris: Gallimard, 1969.

_____. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.

FOSSAERT, R. **La société**. Les structures idéologiques. Paris: Seuil, 1983.

GRAMSCI, A. **Les écrits politiques**. Paris: Gallimard, 1975.

GUILBERT, T. **Le discours idéologique ou la force de l'évidence**. Paris: L'Harmattan, 2007.

HAILON F.; RICHARD A.; SANDRE M. (éds). Le Discours politique identitaire. **Le Discours et la langue**, n. 3.1, 2012.

LONGHI, J. **Visées discursives et dynamiques du sens commun**. Paris: L'Harmattan, 2011.

HAILON, Frédéric. Os estudos ideológicos: epistemologias da Análise do discurso. Tradução de Luís Fernando Figueira Bulhões. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 246-263, dez.2014.

MACHEREY, P. L'idéologie: le mot, l'idée, la chose. **Méthodos**, n. 8, 2008. Disponível em: <<http://methodos.revues.org/1843>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

MAINGUENEAU, D. Présentation. **Langages**, Paris, n. 117, p. 5-11, 1995.

MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. **Dictionnaire d'analyse du discours**. Paris: Seuil, 2002.

MALDIDIÉ, D. **L'inquiétude du discours**. Paris: Les Cendres, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **L'idéologie allemande**. Paris: Editions sociales, 1982 [1845-1846].

PECHEUX, M. **Les Vérités de la Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PETITCLERC, A. Doxa, Idéologie et Ideology: trois approches pour une notion. Comparaison entre deux courants d'analyse du discours. **Actes du colloque Coldoc 07**, 2007. Disponível em: <http://www.modyco.fr/doc_view/586-petitclerc>. Acesso em: 25 mar.2013.

RICHARD, A. **Les discours sportifs en proie aux nationalismes et à l'ethnicisation**. Montpellier, 2004. Tese (Doutorado) – Université Montpellier 3. Disponível em: <<http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/44/09/02/PDF/these-rapport-dec.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

RICHARDSON, J.; COLOMBO, M. Identité nationale et insécurité dans le discours anti-immigration: une analyse de la propagande visuelle du Front National. **Le Discours et la langue**, n. 3.1, p. 112-130, 2012.

REISIGL, M.; WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. Londres, Sage, 2001. p. 87-121.

SARFATI, G.-E. La sémantique: de l'énonciation au sens commun. Eléments d'une pragmatique topique. **Texto**, n. 4, 1996. Disponível em: <<http://www.revue-texto.net>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

Van DIJK, T. **Strategies of discourse comprehension**. New York: Academic Press, 1983.

_____. **Communicating Racism**. Ethnic prejudice in thought and talk. London: Sage, 1987.

_____. **Racism and the Press**. London; New York: Routledge, 1991.

_____. **Discourse as Social Interaction**. London: Sage, 1997.

_____. Politique, idéologie et discours. **Semen**, n. 21, p. 1-24, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/document1970>>. Acesso em: 10 jun.011.

_____. **Society and Discourse: How Social Contexts Influence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HAILON, Frédéric. Os estudos ideológicos: epistemologias da Análise do discurso. Tradução de Luís Fernando Figueira Bulhões. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 7, p. 246-263, dez.2014.

VERON, E. Remarques sur l'idéologique comme production du sens. **Sociologie et sociétés**, n. 2, p. 45-70, 1973.

_____. Sémiosis de l'idéologie et du pouvoir. **Communications**, n. 28, p. 7-20, 1978.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Paris: Gallimard, 1953.

Tradução:

Luís Fernando Figueira Bulhões

Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Docente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

E-mail: lu_nietzsche@yahoo.com.br